

Projeto para docentes federais divide Câmara

Até o fim da tarde de ontem, deputados não haviam chegado a acordo sobre proposta de gratificação

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA — Até o fim da tarde de ontem, os deputados ainda não haviam fechado um acordo para a votação do projeto de lei de gratificação para os professores das instituições federais de ensino superior (Ifes). Apoiado pelos partidos de oposição, o comando nacional de greve dos docentes continuava exigindo a retirada do artigo que vincula o valor da gratificação à avaliação do desempenho do professor. O relator do texto, deputado José Jorge (PFL-PE), tentava negociar com o Ministério da Educação.

“Poderíamos chegar a uma proposta intermediária, inserindo no texto a vinculação da gratificação à produtividade, mas deixando a definição dos critérios para depois”, defendeu o relator, depois de reunir-se com o comando e deputados dos partidos de oposição. “Eu ouvi posições e agora vou falar com o ministro”, explicou. Até o fim da tarde, o governo não estava disposto a aceitar a retirada do artigo. “Entendemos que é possível avançar, mas temos de ter uma solução para a principal divergência dos professores em relação ao projeto”, afirmou Milton Muniz, da comissão de negociação do comando de greve.

O projeto de lei do Ministério da Educação concede gratificações de 21% a 48%, variando conforme a titulação do professor (mestrado ou doutorado), regime de trabalho e resultado da avaliação do professor, que pode ganhar pontos por aulas dadas ou pesquisas e trabalhos publicados.